

## CMPD - REUNIÃO REALIZADA EM 23/01/2018

1 Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na  
2 sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Rua Ceará, nº 79, Parque Cachoeira, realiza-  
3 se a primeira reunião ordinária de 2018 da gestão 2017-2019 do Conselho Municipal do Plano  
4 Diretor - CMPD, estando presentes Patrícia Marquart (Cohab-Araucária), Lucinio Grebos (Co-  
5 hab Araucária), Marcelo C. Bier (Cohab Araucária), Marcelo de Souza Pinto, Roberson F. da  
6 Silva (SMPL), o secretário executivo Victor Aurélio Antunes e os seguintes conselheiros titula-  
7 res e suplentes: Rúbia Fabiana Baja, Pedro Emanuel Sfindrych, Reginaldo Dias Damacena,  
8 Samir Traya, Juscelino Katuragi de Melo, José de Souza, Mario Almeida Costa, Luiz Antônio  
9 Gouvêa, Gustavo Nunes Silvestrin, Samuel Almeida da Silva, Lauri Anderson Lenz, Ewerton  
10 Francisco Stocco, Vitor Emanuel da Silva Cantador, Bruno Tonel Otsuka, Luiz Carlos Carva-  
11 lho, Luiz Carlos Cruz Moreira, Alexsandra Tomé e Rosicler Corso. Pauta da reunião: Processo  
12 nº 4409/17 - EIV Parque Colibri, Processo nº 9384/17 - EIV Loteamento Vista Alegre, Proces-  
13 so nº 6258/2016 - COHAB Araucária - Subdivisão para arruamento, Processo nº 12093/14 -  
14 Jorasa (JD. dos Pássaros), Processo nº 13.810/2017 - Daniel Amilton Celli - Anuência Prévia -  
15 Caso Omisso e Assuntos Gerais. Bruno Tonel Otsuka inicia a reunião e comenta que o Regi-  
16 mento Interno não foi publicado ainda e aguarda sugestões do Órgão Gestor de melhorias no  
17 Regimento. Bruno Tonel Otsuka fala que houve uma reestruturação nos representantes do  
18 Poder Público do Conselho e solicita que todos se apresentem. Após a apresentação dos  
19 membros Bruno Tonel Otsuka começa a pauta com o processo nº 4409/17 - EIV Parque Coli-  
20 bri e passa a palavra para Lauri Anderson Lenz que inicia a fala informando que cabe a Co-  
21 missão de Estudo de Impacto de Vizinhança fazer a análise do estudo até que o mesmo este-  
22 ja apto para encaminhamento ao CMPD. Informa que o papel dos membros é fazer com que o  
23 estudo reflita o mais próximo possível os impactos positivos e negativos que o empreendimen-  
24 to possa causar, de forma a subsidiar a definição de medidas mitigatórias/compensatórias  
25 posteriormente. Lembra ainda que quem faz a aprovação do estudo de EIV é o Conselho.  
26 Lauri Anderson Lenz fala que o material referente ao EIV já foi enviado por email, com o pare-  
27 cer da comissão de EIV que é um resumo do estudo e faz a apresentação da localização do  
28 empreendimento e dados gerais. Alexsandra Tomé faz o seguinte apontamento: “Na página  
29 35 o estudo apresenta a afirmação que “não foi possível o acesso a informações mais preci-  
30 sas junto às Secretarias Municipais de Educação e Saúde, para verificar a capacidade dos  
31 equipamentos existentes”. No entanto, dados das unidades de saúde, tais como horário de  
32 funcionamento, número de profissionais e infraestrutura são divulgados no portal do Cadastro  
33 Nacional de Estabelecimentos de Saúde (cnes.datasus.gov.br/), com acesso aberto e dados  
34 dos relatórios de atividades da Secretaria Municipal de Saúde, assim como o Plano Municipal  
35 de Saúde pode ser obtido no portal do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS  
36 (aplicacao.saude.gov.br/sargsus/login!carregarPagina.action)”. Lauri Anderson Lenz comenta  
37 que existe uma dificuldade de acesso das informações da prefeitura, principalmente de Saúde  
38 e Educação, por parte dos empreendedores e que por isso muitas vezes é colocado que não  
39 há informações. Lauri Anderson Lenz fala que existe a intenção de fazer um trabalho junto as  
40 secretarias para facilitar esse acesso as informações por parte do empreendedor. Pedro Ema-  
41 nuel Sfindrych fala que deve se tentar tomar providências para que os próximos estudos de  
42 EIV não tenham essa falta de informações. Samuel Almeida da Silva comenta que as informa-  
43 ções geradas pelos estudos de EIV não estavam sendo utilizadas para planejamento estrat-  
44 gico e que a intenção é inserir essas informações em um novo sistema de gestão que será  
45 implantado na prefeitura para que fiquem a disposição das secretarias de uma maneira mais  
46 fácil para utilização. Samir Traya questiona se a Rua Sergipe vai continuar segmentada no tre-  
47 cho do empreendimento. Lauri Anderson Lenz responde que existe uma diretriz que dá conti-  
48 nuidade da Rua Sergipe apenas até a Rua Maringá. Samir Traya pergunta se o empreendedor  
49 já está ciente das recomendações feitas no fim do parecer técnico, principalmente a da aber-  
50 tura da continuação da Rua Maringá, e se existe um retorno sobre isso por parte do empreen-  
51 dedor. Lauri Anderson Lenz responde que é possível que saiba pois faz parte do processo  
52 mas que o mesmo não é mandado por e-mail ao empreendedor. Informa que a CAEIV apenas  
53 recomenda medidas, mas que compete ao poder executivo a definição das medidas em fun-

## CMPD - REUNIÃO REALIZADA EM 23/01/2018

54 ção de todo o processo. Bruno Tonel Otsuka comenta que o Conselho pode sugerir como  
55 compensação a abertura da continuação da Rua Maringá e pergunta se existe algum parâme-  
56 tro para se calcular as medidas compensatórias. Lauri Anderson Lenz responde que não exist-  
57 tem parâmetros para as medidas mitigatórias/compensatórias, mas que está se estudando o  
58 estabelecimento desses parâmetros. Samuel Almeida da Silva fala que enquanto não existem  
59 parâmetros estabelecidos a definição das medidas compensatórias está sendo feita de forma  
60 colegiada. Bruno Tonel Otsuka sugere enviar para a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do  
61 Solo a questão da definição de parâmetro para se calcular as medidas mitigatórias/compensa-  
62 tórias. Bruno Tonel Otsuka coloca em votação a aprovação do estudo de EIV do processo nº  
63 4409/17 (Parque Colibri), e como proposta de medida mitigatórias/compensatórias a ser avali-  
64 ada pelo poder executivo a doação e a abertura da Rua Maringá, com infraestrutura de pavi-  
65 mentação e drenagem, na extensão dos limites do lote. Aprovado o estudo e a proposta de  
66 medida por unanimidade. Bruno coloca em votação o envio da questão da parametrização  
67 das medidas compensatórias para a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo. Aprovado  
68 por unanimidade o encaminhamento de pauta para a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do  
69 Solo. Bruno Tonel Otsuka passa para o próximo assunto da pauta o processo nº 9384/17 - EIV  
70 Loteamento Vista Alegre. Lauri Anderson Lenz apresenta as características do empreendi-  
71 mento. Alexsandra Tomé faz os seguintes apontamentos: Na página 38 - 1) A Unidade de  
72 Pronto Atendimento consta como se fosse um Centro de Saúde. Unidades de Pronto Atendi-  
73 mento não se equiparam a Centros de Saúde. UPA tem abrangência municipal ou regional. 2)  
74 Os dados das unidades de saúde (UBS Alceu do Valle Fernande e UBSF Shangri-lá) referen-  
75 tes ao horário de funcionamento, número de profissionais e infraestrutura divergem dos valo-  
76 res oficiais divulgados no portal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (cnes.-  
77 datasus.gov.br/). Na página 40 - 1) Novamente apresenta a UPA como unidade básica de re-  
78 ferência para a população do empreendimento. Contudo, UPA é equipamento de abrangência  
79 municipal e/ou regional. 2) Discordo da afirmação do empreendedor de que “a fase de cons-  
80 trução o empreendimento não exercerá influências negativas em qualquer centro de saúde e  
81 educação do município”, pois a atividade de construção civil impacta em demanda de fiscali-  
82 zação sanitária, e em caso de ocorrência de acidentes ou doenças impactará no atendimento  
83 de urgência e emergência. Na página 41 - Os parâmetros descritos não refletem a Portaria  
84 MS vigente 2.436 de 21 de setembro de 2017 que aprova a Política Nacional de Atenção Bási-  
85 ca (anterior a última revisão do EIV de 15 de janeiro de 2018). Na página 90 - Inadequação do  
86 termo “atividades de dedetização e desratização” frente a legislação sanitária (Resolução  
87 SESA 374/2015) que define a atividade como Controle de Vetores e Pragas Urbanas. Samuel  
88 Almeida da Silva solicita que os apontamentos sejam enviados a secretaria executiva do Con-  
89 selho. Bruno Tonel Otsuka coloca em votação a aprovação do estudo de EIV do processo nº  
90 9384/17 (Loteamento Vista Alegre) e o encaminhamento dos apontamentos feitos pela conse-  
91 lheira Alexsandra Tomé. Aprovado por unanimidade o estudo de EIV do processo nº 9384/17 e  
92 o encaminhamento dos apontamentos. Bruno Tonel Otsuka passa para o próximo assunto da  
93 pauta o processo nº 6258/2016 – (COHAB Araucária - Subdivisão para arruamento). Lauri An-  
94 derson Lenz apresenta o parecer nº 173/2018 da PGM enviado ao CMPD e explica que esse  
95 processo foi enviado ao Conselho e pautado, mas que em uma análise posterior em conjunto  
96 com a PGM concluiu-se que não havia materialidade para o envio e o parecer apresentado foi  
97 enviado para justificar a retirada do processo da pauta. Victor Aurélio Antunes fala que o pro-  
98 cesso será devolvido a PGM. Bruno Tonel Otsuka passa para o próximo assunto da pauta o  
99 processo nº 12093/14 - Jorasa (JD. dos Passaros) e Lauri Anderson Lenz apresenta as caracte-  
100 rísticas do empreendimento e explica que na AIS a definição da obrigatoriedade de apresen-  
101 tação de EIV depende da decisão do CMPD e é este o questionamento que é feito ao Conse-  
102 lho neste processo. Lauri Anderson Lenz fala ainda que COHAB Araucária enviou ofício infor-  
103 mando que o empreendedor fará a regularização da parte da área que está com ocupações ir-  
104 regulares em conjunto com a empresa Terra Nova. Samir Traya fala que gostaria de saber a  
105 opinião da SMPL e SMUR se é necessário o estudo de EIV. Lauri Anderson Lenz fala que o  
106 Plano de Urbanização Específico já contempla muitas informações que são solicitadas no EIV

## CMPD - REUNIÃO REALIZADA EM 23/01/2018

107 mas de forma resumida. Após discussão Bruno Tonel Otsuka coloca em votação a aprovação  
108 da dispensa do estudo de EIV para o processo nº 12093/14. Aprovada por unanimidade a dis-  
109 pensação do estudo de EIV. Bruno Tonel Otsuka passa para o processo nº 13.810/2017 - Daniel  
110 Amilton Celli - Anuência Prévia - Caso Omisso. Lauri Anderson Lenz explica que o requerente  
111 solicita o uso de cemitério vertical e que o CMPD recentemente regulamentou através da re-  
112 solução nº 06/2017 o uso crematório, mas como o uso cemitério vertical não foi incluído se  
113 tornou caso omissos, cuja regulamentação é de competência do CMPD. Bruno Tonel Otsuka  
114 sugere enviar o processo para a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo para a discus-  
115 são da regulamentação do caso omissos através de resolução. Bruno Tonel Otsuka coloca em  
116 votação a aprovação do envio do processo nº 13.810/2017 para a Câmara Técnica de Uso e  
117 Ocupação do Solo. Aprovado por unanimidade o envio a Câmara Técnica. Bruno Tonel Otsuka  
118 passa para os Assuntos Gerais e solicita que os novos conselheiros que queiram participar  
119 das Câmaras Técnicas do Conselho que se manifestem. Luiz Antônio Gouvêa manifestou in-  
120 teresse em participar da Câmara Técnica de Mobilidade e Luiz Carlos Cruz Moreira e Lauri  
121 Anderson Lenz manifestaram interesse em participar da Câmara Técnica de Uso e Ocupação  
122 do Solo. Bruno Tonel Otsuka sugere marcar a reunião da Câmara Técnica de Uso e Ocupação  
123 do Solo para o dia 25/01 as 9h na SMPL e todos concordam. Lauri Anderson Lenz informa  
124 que a licitação para a revisão do Plano Diretor está em fase final e a empresa vencedora é a  
125 Urbitec e fala que a previsão para a primeira reunião é ainda antes do carnaval. Victor Aurélio  
126 Antunes fala que os ofícios nº 23 e 26/2017 que não obtiveram resposta ainda estão sendo  
127 acompanhados e logo serão respondidos. Victor Aurélio Antunes fala ainda que com relação  
128 ao ofício pendente de resposta nº 29/2017, enviado a Immergrün, o empreendedor informou  
129 que foi encaminhado um ofício a Caminhos do Paraná e que quando esse ofício for respondi-  
130 do a resposta será encaminhada ao Conselho. Victor Aurélio Antunes fala que o último ofício  
131 pendente é o nº 30/2017 enviado a COHAB Araucária e que já foi entrado em contato para  
132 resposta. Bruno Tonel Otsuka comenta que o convite para o Secretário de Urbanismo partici-  
133 par da reunião do CMPD e falar sobre o Conselho de Urbanismo não foi feito nessa reunião  
134 porque a pauta estava muito extensa e poderia não dar tempo de tratar de todos os assuntos  
135 e o convite ficará para a próxima reunião do CMPD. Gustavo Nunes Silvestrin comenta que a  
136 discussão sobre a questão das ocupações irregulares na área rural deve ser aprofundada tan-  
137 to no COMDERA como no CMPD. Bruno Tonel Otsuka encerra a reunião às 15h50min. Nada  
138 mais a relatar eu secretário executivo Victor Aurélio Antunes, lavrei e assino a presente ata  
139

140  
141

142 Bruno Tonel Otsuka  
143 Presidente

Alexsandra Tomé  
1ª Secretária

144  
145  
146

147 Victor Aurélio Antunes  
148 Secretário Executivo